



DOCUMENTO NORTEADOR PARA  
IMPLEMENTAÇÃO DO  
**PLANO EDUCACIONAL  
INDIVIDUALIZADO - PEI**  
PARA O ALFALETRAMENTO:

primeiros passos

Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro  
Annie Gomes Redig



Ano 2024



DOCUMENTO NORTEADOR PARA  
IMPLEMENTAÇÃO DO  
**PLANO EDUCACIONAL  
INDIVIDUALIZADO - PEI**  
PARA O ALFALETRAMENTO:



primeiros passos

Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro  
Annie Gomes Redig



**Atena**  
Editora  
Ano 2024

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

**Imagens da capa**

Símbolo “The Accessibility”, ONU

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 As autoras

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelas autoras.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva das autoras, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos as autoras, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia  
 Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora  
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra  
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
 Profª Drª Eufemia Figueroa Corrales – Universidad de Oriente: Santiago de Cuba  
 Profª Drª Fernanda Pereira Martins – Instituto Federal do Amapá  
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina  
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco  
 Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina  
 Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau  
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
 Profª Drª Lisbeth Infante Ruiz – Universidad de Holguín  
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande

- Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
- Profª Drª Mônica Aparecida Bortolotti – Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná
- Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
- Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
- Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
- Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
- Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro Oeste
- Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
- Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
- Profª Drª Vanesa Bárbara Fernández Bereau – Universidad de Cienfuegos
- Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
- Profª Drª Vanessa Freitag de Araújo – Universidade Estadual de Maringá
- Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia
- Universidade de Coimbra
- Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Documento norteador para implementação do Plano Educacional Individualizado - PEI para o alfabetamento: primeiros passos

**Diagramação:** Ellen Addressa Kubisty  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** As autoras  
**Autoras:** Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro  
 Annie Gomes Redig

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b>	
M395	<p>Mascaro, Cristina Angélica Aquino de Carvalho            Documento norteador para implementação do Plano Educacional Individualizado - PEI para o alfabetamento: primeiros passos / Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro, Annie Gomes Redig. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.</p> <p>Formato: PDF            Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader            Modo de acesso: World Wide Web            Inclui bibliografia            ISBN 978-65-258-2508-3            DOI: <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.083242805">https://doi.org/10.22533/at.ed.083242805</a></p> <p>1. Educação. 2. Letramento. I. Mascaro, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. II. Redig, Annie Gomes. III. Título.            CDD 370</p>
<b>Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166</b>	

**Atena Editora**  
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
 Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DAS AUTORAS

As autoras desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



Dedicamos esse Documento Norteador  
a todos os professores e membros das  
equipes escolares que buscam trabalhar nos  
princípios da Educação Inclusiva.

Agradecemos a agência de fomento FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo E-26/201.321/2021 por tornarem possível compartilharmos nossas pesquisas em prol de uma Educação Inclusiva.

Agradeço a Deus, familiares e amigos por estarem ao nosso lado sempre incentivando nosso trabalho voltado para a construção de uma escola de qualidade para todos para todos. Um agradecimento especial aos integrantes da nossa pesquisa, aos professores cursistas, aos estudantes do Caep Favo de Mel da FAETEC e toda sua equipe. Obrigada Caroline Nunes, Maria Regina Oliveira, Neuzilene Burock, Marco Adriano por serem os impulsionadores desse trabalho na prática, em plena Pandemia da Covid 19! Agradeço também a todos os pesquisadores colaboradores do Projeto “Alfabetização e letramento para estudantes com deficiência intelectual com ênfase no Plano Educacional Individualizado” e professores que realizaram o curso de extensão na modalidade aperfeiçoamento “Alfabetização e letramento pelo viés do Plano Educacional Individualizado”, assim como os estudantes com deficiência intelectual que realizaram o curso de extensão na modalidade iniciação “Alfabetização e Letramento: autonomia e inclusão para estudantes com necessidades educacionais específicas na aprendizagem”. Somos gratas também por cada professor que acredita na essência da Educação em uma perspectiva inclusiva e nos impulsionam a estudar, aplicar e produzir trabalhos na área da Educação!

Com muita alegria e privilégio me dediquei a escrita do prefácio dessa obra que traduz a inclusão como um processo e um alvo que deve estar no cotidiano de nossas práticas.

Ao longo da história das pessoas com deficiências, encontramos barreiras das mais diversas, explícitas e implícitas, as quais foram sendo consolidadas e constituídas como sinônimo de impossibilidades, de não pertencimento.

Nas últimas décadas o debate sobre a educação inclusiva tem se caracterizado por intensas transformações no que diz respeito às políticas públicas, ao fazer docente, à formação inicial e continuada, dentre outros aspectos. É no bojo dessas mudanças que esse documento norteador foi elaborado.

As Professoras Cristina Angélica e Annie Redig nos apresentam propostas profícuas de inclusão, por intermédio dos desdobramentos de um curso de extensão sobre aplicação do Plano Educacional Individualizado (PEI), com ênfase nos processos do ensino da escrita, leitura e letramento para jovens com deficiência intelectual (DI).

Em uma perspectiva do Desenho Universal na Aprendizagem (DUA), tendo como fio condutor o uso de tecnologias, a proposta desse livro e apresentar o planejamento e aplicação de processos de ensino personalizados, com a finalidade de eliminar barreiras à aprendizagem, à participação e de ressignificação do papel dos estudantes, para que possam desenvolver habilidades no contexto social.

Dessa maneira, impulsiono os caros leitores à uma leitura atenta em cada página dessa obra, porque certamente aprenderão um pouco mais sobre inclusão. As autoras deixo meu agradecimento pelo convite da escrita do prefácio desse livro, que sem dúvidas trará uma grande contribuição ao campo da educação de pessoas com deficiência.

Com afeto,

Suzanli Estef

*Dr<sup>a</sup> em Educação*

*Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

Coordenadora de disciplina do Curso de Especialização: Educação

Especial e inovação Tecnológica, a Distância consórcio UFRRJ/CEDERJ.

Coordenadora dos cursos de Formação de Professores (UERJ/

CEDERJ): AAPEI - Acessibilidade para Avaliação na Perspectiva da Educação

Inclusiva.

Essa escola contemporânea pressupõe uma pedagogia que se comprometa com o processo de ensino e aprendizagem, reconhecendo as especificidades dos alunos para promover a autonomia intelectual dos mesmos (Mascaro, 2018, p.14).

Todas as pessoas são capazes de aprender e nós precisamos aprender a ensiná-las! A partir dessa perspectiva nasce esse documento norteador para favorecer o ensino na perspectiva da personalização de processos, ou seja, na elaboração do Plano Educacional Individualizado – PEI. Nosso grupo de pesquisa “Inclusão e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais: práticas pedagógicas, cultura escolar e aspectos psicossociais”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação – ProPEd, da UERJ, tem se dedicado nos últimos vinte anos a investigar possibilidades para que as escolas possam ofertar uma educação de qualidade para todos os estudantes. Dentre a temática de nossos estudos, de forma mais específica, iniciamos em 2009, nossas pesquisas sobre o Plano Educacional Individualizado – PEI como uma possibilidade de equidade no contexto escolar dos estudantes com necessidades educacionais específicas. Desde então, temos aprofundado a questão tocante ao processo de Alfabetização e Letramento deste público, coadunando com a personalização de processos por meio do PEI para o Alfaletramento, ou seja, o planejamento específico para o ensino da Alfabetização em concomitância com o uso desta habilidade no contexto social. Diante da pandemia da Covid 19 e consequente isolamento social em março do ano de 2020, inovamos nossos estudos a partir da pesquisa sobre o PEI para o Alfaletramento mediado por tecnologias, objeto deste documento orientador. Esperamos que os conceitos e a experiência relatada, fruto da tríade ensino, pesquisa e extensão universitária possa ser um caminho para outras propostas inovadoras no que tange a incumbência do Artigo 28 da Lei Brasileira de Inclusão, Lei 13.146 (BRASIL, 2015) no que tange ao aprimoramento dos sistemas educacionais inclusivos.

As autoras

<b>1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL .....</b>	<b>1</b>
<b>2. O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO - PEI E O DESENHO UNIVERSAL NA APRENDIZAGEM - DUA .....</b>	<b>4</b>
<b>3. PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO PARA O ALFALETRAMENTO.....</b>	<b>11</b>
3.1 Orientações pedagógicas para aplicação do protocolo para o Alfabetramento remoto.....	15
3.2 Protocolo para o Alfabetramento.....	17
3.3 Etapa introdutória.....	18
Instruções.....	18
3.4 Colocando o PEI em prática.....	19
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>24</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>26</b>
Apêndice A – Matriz de conteúdos .....	26
<b>SOBRE AS AUTORAS .....</b>	<b>33</b>

# EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

O contexto educacional contemporâneo passa por grandes transformações, tendo em vista a necessidade de transformar nossas escolas em uma instituição que oportunize de forma equânime o acesso a oportunidades de inclusão social. Para isso, essa escola precisa ser um espaço de oportunidades e de valorização da diversidade humana. Esse novo contexto, exige o rompimento com a escola original, seletiva e meritocrática, pois o paradigma atual é de que a diversidade humana seja respeitada em suas diferenças, incluindo os modos de se lidar com a construção do conhecimento.

Nos últimos trinta anos, em nosso país, estamos implementando a educação nessa direção por meio de dispositivos legais (BRASIL, 2008, 2011, 2015). Uma escola inclusiva é aquela em que todos aprendem, na qual a mudança necessária envolve muito mais do que leis para este fim. Torna-se necessário mudar nossa forma de ensinar, avaliar e de entender sobre a diversidade de ritmos e estilos de aprendizagem. Precisamos envidar esforços sobre as formas pelas quais a inteligência humana se manifesta, por meio de pesquisas que perpassem os eixos dos pilares universitários de ensino, pesquisa e extensão.

Mendes e colaboradores (2023) ressaltam que apesar de avanços legais na política educacional inclusiva nos anos 1990, os resultados foram ínfimos até o ano de 2003. Foi a partir desse ano que a matrícula de estudantes público da Educação Especial (alunos com deficiências e superdotação/altas habilidades) passou de 110.536 em 2002, para 1.372.985. Tal mudança emergiu demandas de produção de conhecimento sobre como incluir estes estudantes, sendo um grande desafio a formação dos profissionais da escola comum para atual principalmente com estudantes com deficiência. O presente trabalho objetiva colaborar com possibilidades de atuação pedagógica com o estudante que possui deficiência intelectual e que ainda não se apropriou de habilidades de leitura, escrita, cálculos matemáticos, assim como o uso social delas.

A Lei Brasileira de Inclusão/ Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146 (BRASIL, 2015), com base no texto da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2007) define a pessoa com deficiência como aquela que apresenta “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Nessa perspectiva o foco das ações voltadas para esse público não deve se atentar apenas para a condição específica da deficiência, sendo a principal preocupação a eliminação das barreiras nos diferentes espaços (escola, lazer, trabalho, dentre outros).

A legislação supracitada também incumbe a sociedade no seu artigo 28, que o poder público assegure, crie, desenvolva, implemente, incentive, acompanhe e avalie um sistema

educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, assim como o aprendizado ao longo de toda vida; planejamento de estudo de caso; elaboração de plano de atendimento educacional especializado; formação docente para atendimento educacional especializado, dentre outras incumbências. Os pontos destacados sobre a Lei Brasileira de Inclusão são a base para a fundamentação deste material orientador, no qual buscamos sistematizar a elaboração de um trabalho pedagógico voltado o ensino de pessoas com deficiência intelectual.

O trabalho apresentado aqui, pauta-se na perspectiva histórico-cultural de Vigotski, que compreende o homem como sujeito de sua história, e entende que o processo de humanização da pessoa com uma deficiência é regido pelas mesmas leis do que as sem deficiência, onde enquanto sociedade precisamos encontrar os meios para compensar o que se traduzir como barreira para seu pleno desenvolvimento. Para este autor, ensinar a uma pessoa com deficiência, não pode se limitar ao grau ou gravidade desta, é preciso pensar sobre suas necessidades no que se refere aos processos compensatórios (Vigotski, 2021).

Também nos pautamos nos estudos sobre a deficiência intelectual da Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento<sup>1</sup> - AAIDD (2021) que também vai de encontro a abordagem histórico-cultural pois considera aspectos relacionados a interação e linguagem, ao contexto histórico, particularidades, vivências, experiências, aos aspectos biológicos e às condições materiais. Segundo a AAIDD (2021) a pessoa com deficiência intelectual apresenta limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, manifestadas nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Também destaca que a deficiência tem origem durante o período de desenvolvimento que é operacionalmente definido como antes de o indivíduo atingir a idade de 22 anos.

Diante do exposto, pode-se entender que diante da perspectiva histórico-cultural e dos aspectos apontados sobre a condição da deficiência intelectual, podemos entender que é uma condição heterogênea, onde o meio influencia diretamente as perspectivas de desenvolvimento. As manifestações das habilidades adaptativas poderão se manifestar de melhor ou pior maneira no enfrentamento de barreiras no cotidiano, estas habilidades se referem a:

- a. Habilidades conceituais: são relacionadas à linguagem e alfabetização, conceitos numéricos e de tempo e direção.
- b. Habilidades sociais: voltadas para habilidades interpessoais e de responsabilidade social, autoestima, resolução de problemas sociais e habilidade de seguir/obedecer regras e evitar se sentir vitimizado.

---

<sup>1</sup> Édouard Séguin fundou a AAIDD em 1876, a fundação defende a igualdade, a dignidade e os direitos humanos das pessoas com deficiência intelectual e de desenvolvimento e a sua plena inclusão e participação na sociedade.

- c. Habilidades práticas: envolvem atividades de autocuidado, habilidades relacionadas à rotinas auto mobilidade (viagens, uso de meios de transporte), uso do dinheiro e do telefone (AAIDD, 2021).

Ao se pensar sobre o estudante com deficiência intelectual no contexto escolar, precisamos entender que mesmo que tenham um mesmo diagnóstico, não precisarão necessariamente do mesmo suporte. Desta forma o trabalho pedagógico pautado em práticas de ensino homogeneizadoras nunca vai atender a especificidade deste público, e, indo mais além, nem mesmo para um atendimento pedagógico individual será possível padronizar estratégias pedagógicas associada ao tipo de deficiência.

No que concerne ao direcionamento de políticas públicas para inclusão deste alunado há a proposição do Atendimento Educacional Especializado – AEE no contraturno escolar, entretanto as pesquisas apontam uma fragilidade quanto a participação destes alunos neste tipo de suporte, além de uma carência sobre a formação continuada do professor especialista que deve atender esses estudantes. De acordo com a Resolução N. o 4 (BRASIL, 2009):

Art. 2 O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

De acordo com o Censo de 2023, a adesão a este tipo de atendimento tem se mostrado estável nos últimos cinco anos, pois de 2019 a 2023, a porcentagem de estudantes com acesso ao serviço passou de 40% para 42%. Um dado relevante para que possamos criar estratégias que tornem este tipo de atendimento mais efetivo no que concerne ao suporte para os estudantes.

Entretanto, precisamos nos preocupar com as práticas pedagógicas no contexto de sala de aula, com o tipo de formação inicial e continuada dos docentes para atuar no contexto da diversidade. É no ambiente da sala de aula comum que esse aluno passa a maior parte do tempo, assim como é nesse espaço que atuam diferentes docentes que precisam ressignificar seu fazer pedagógico para atender a diferentes estilos e ritmos de aprendizagens e necessidades de acomodações.



# O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO - PEI E O DESENHO UNIVERSAL NA APRENDIZAGEM - DUA

O trabalho pedagógico pautado no Plano Educacional Individualizado – PEI revela-se como uma estratégia para o ensino do estudante com deficiência intelectual neste contexto inclusivo.

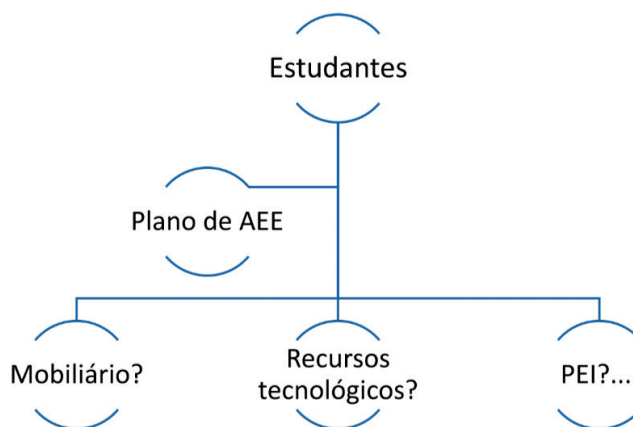
Pensar a acessibilidade ao currículo é a questão central para entender como podemos personalizar processos de ensino em uma perspectiva intencional de orientar adequadamente a construção de aprendizagem diferenciada para determinado aluno diante de possíveis barreiras. É necessário tornar o currículo acessível na intenção de promover sucesso acadêmico para aqueles que requerem caminhos diferenciados no processo de elaboração de conceitos. E como parte do processo de ensino e aprendizagem, é preciso pensar nas estratégias avaliativas acessíveis que permitam acompanhar e impulsionar o progresso do estudante, isto é, o aluno precisa ser avaliado na perspectiva de uma avaliação mediadora, na qual o professor reflita sobre as melhores estratégias para promoção da aprendizagem.

O PEI é um plano de ensino com estratégias pedagógicas personalizadas com objetivo de tornar um conteúdo curricular acessível a um estudante. Esta estratégia não pode ser confundida com uma adaptação do conteúdo para que o estudante execute uma atividade pedagógica. A partir do que é necessário ensinar, o professor e/ou equipe definem quais serão os recursos e estratégias utilizados para que o estudante participe da atividade de maneira acessível. Ele é um instrumento utilizado para a individualização do ensino, construído com a comunidade escolar, demais profissionais, familiares e o próprio aluno (; MASCARO, 2017, 2018; MASCARO, REDIG, 2021).

Diante disso, o PEI refere-se a um protocolo individual para a previsão, planejamento e avaliação de práticas pedagógicas que visam eliminar barreiras para o acesso ao conteúdo escolar para um determinado estudante. Sendo assim, a partir do projeto pedagógico de cada escola, as equipes precisam elaborar a sua estratégia para que os estudantes tenham acessibilidade pedagógica durante suas aulas, seja no espaço da sala de aula comum, da sala de recursos ou classe especial. O PEI se torna uma realidade a partir de um trabalho colaborativo, no qual a escola estabelece estratégias para que as necessidades de suportes para consolidação da aprendizagem dos estudantes da Educação Especial estejam presentes na sala de aula que frequentam. Como estratégia de ensino o PEI não pode ser confundido com um documento, no qual se registram informações sobre o aluno, e sim como trabalho sistemático da escola para atender as especificidades do alunado da Educação Especial, a partir de uma coleta de informações sobre um aluno que incidirão em dados para o planejamento de atividades pedagógicas no cotidiano escolar.

Para o alunado da Educação Especial a legislação prevê o Plano de Atendimento Educacional Especializado - PAEE, o que qual, é elaborado a partir de estudo de caso que vai definir as necessidades de suporte do estudante, que pode ser desde um mobiliário específico, um tradutor-intérprete de Libras, dispositivos móveis, dentre outros. E, teremos o caso no qual a condição do estudante vai requer recursos de acessibilidade no cotidiano da sala de aula para aquisição de conceitos e demais aprendizagens no dia a dia; para estes estudantes é que deve ser elaborado o Plano Educacional Individualizado -PEI. O percurso do PAEE, deve seguir o esquema do quadro n°01:

Quadro 01: Esquema do Plano de Atendimento Educacional Especializado-PAEE



Fonte: Mascaro, 2024

Constatada a necessidade da elaboração de um Plano Educacional Individualizado – PEI, torna-se necessário, seguir as etapas do quadro n° 02:

Quadro 02: Etapas do PEI



Fonte: Mascaro, 2024

Sendo assim, o planejamento e aplicação do PEI, em qualquer nível, etapa ou modalidade de ensino, requer um protocolo que atenda as etapas:

- a. **Etapa introdutória:** Período de conhecimento do estudante (entrevistas, análise documental, observação de campo...)
- b. **Perfil:** Elaboração colaborativa de um perfil pedagógico do aluno, apontando suas potencialidades, necessidades e demais informações que possibilitem a personalização de atividades pedagógicas.
- c. **Comunicação:** Família, o estudante (quando possível), todos membros da comunidade escolar devem ter acesso ao perfil do estudante. Sendo relevante que este documento seja constantemente alimentado com notificações relevantes sobre o trabalho do PEI no cotidiano.
- d. **Elaboração de atividades acessíveis:** realizada pelos dos docentes que atuam com estudante de atividades pedagógicas que eliminem a barreiras de participação para ele.
- e. **Avaliação:** Em etapas bimestrais, trimestrais ou de acordo com a organização da escola, todos os envolvidos com o estudante referência do PEI devem se reunir para atualização do perfil pedagógico do estudante.

Uma proposta de registro para o PEI pode ser feita em um formulário colaborativo como os do *Google Drive*, contendo os dados do quadro nº 03:

Quadro nº 03: Plano Educacional Individualizado – PEI

<b>PPlano Educacional Individualizado - PEI</b>	
<b>Escola</b>	<b>Ano:</b>
<b>Vigência do PEI</b>	<b>Profissional de referência</b>
<b>Estudante:</b>	<b>Turma:</b>
<b>Perfil pedagógico:</b> [após o estudo de caso, a escola deve se reunir com todos que atuam com o estudante e definir esse perfil]	
<b>Disciplina 01[completar com o nome da disciplina]:</b> <b>Ações prévias para planejamento das aulas: [cada professor deve pontuar ações de individualização]</b>	
<b>Necessidade de suporte:</b>	
<b>Contato de membros de equipe multidisciplinar:[colocar nome e função]</b>	<b>Contato do estudante:</b> <b>Contato dos responsáveis:[colocar o grau de parentesco]</b>
<b>Data de avaliação:</b> <b>Nome, assinatura e função dos presentes:</b>	
<b>Obs.:</b>	

No bojo das práticas pedagógicas inovadoras como o PEI, encontra-se uma abordagem contemporânea relevante, o Desenho Universal na Aprendizagem (DUA) que propõe a eliminação de barreiras pedagógicas presentes no currículo (nas avaliações, nas estratégias e nos materiais didáticos) para determinados estudantes, diante de suas condições específicas. Essa proposta visa a superar os desafios enfrentados pelos professores, que muitas vezes não são contemplados em suas formações iniciais e continuadas com objetivo de atuação em uma perspectiva inclusiva.

O planejamento das atividades do Plano Educacional Individualizado – PEI para atender aos pressupostos de acessibilidade deve estar pautado nos princípios do Desenho Universal na Aprendizagem - DUA, tendo em vista que pretendemos personalizar o ensino de determinados conceitos, eliminando o que poderia ser uma barreira para determinado estudante.

O DUA refere-se a uma estratégia pedagógica inovadora que foi iniciada pelo CAST - *Centre of Applied Special Technologies*<sup>1</sup> que é uma organização sem fins lucrativos que se dedica há mais de 37 anos para que, cada vez mais, os sistemas de ensino do mundo possam oferecer uma educação de qualidade para todas e todos. Os pesquisadores do CAST fizeram pesquisas ao longo de uma década e desenvolveram uma proposta inovadora na educação preconizando o uso de métodos e materiais acessíveis, denominando-a como Desenho Universal na Aprendizagem – DUA. Esta proposta foi alicerçada em dois pilares: na ideia do Desenho Universal postulado na arquitetura e nos avanços das pesquisas das Neurociências.

Sobre o primeiro pilar, o Desenho Universal na arquitetura inspirou o DUA diante dos avanços nas edificações, espaços internos e urbanos de livre acesso, sem limitação. Cabe pontuar que até os anos 1970, tratava a questão da deficiência como uma problemática centrada no indivíduo, porém com o avanço do modelo social, que traz a responsabilidade do ambiente para o pleno desenvolvimento da pessoa com deficiência, surgiu a necessidade eliminar as barreiras. Neste contexto o termo acessível passou a ser considerado uma ação somente para as pessoas com deficiência. No final da década de 1980, um arquiteto chamado Ron Mace (usuário de cadeira de rodas e respirador artificial), cunhou o termo *Universal Design*, Desenho Universal em português, e apresentou os sete princípios do mesmo. Neste novo contexto a valorização da diversidade foi fomentado, destacando-se o conceito de acessibilidade universal (Mendes *et al* , 2023).

Mendes (2023) com base em *NC State University*, apresenta os sete princípios do desenho universal:

1. Uso equiparável: independente da condição de uma pessoa, a utilização de qualquer recurso no ambiente, não pode oferecer barreiras. Tornando-se

---

<sup>1</sup> Centro de Tecnologias Especiais Aplicadas, em português.

necessário, sempre que o ambiente oferecer dificuldade de acesso, a criação de estratégia de acessibilidade.

2. Flexibilidade: um recurso deve atender a pessoas com diferentes habilidades e preferências, adaptáveis a qualquer uso.
3. Simples e intuitivo: que qualquer pessoa possa compreender o desenho, independente de conhecimentos, letramento, concentração.
4. Percepção facilitada: deve oferecer informação de fácil percepção, independente das questões pessoais.
5. Segurança: deve minimizar os riscos e possíveis consequências de ações acidentais, garantindo tolerância ao erro.
6. Baixo esforço físico: garantir eficiência com o mínimo de fadiga.
7. Abrangência: apresentar tamanho e espaço que assegurem dimensões seguras para o acesso, alcance, manipulação e o uso.

Sobre o segundo pilar que se refere a influência da neurociência, as concepções do DUA basearam nos estudos referentes ao funcionamento do cérebro. Pantano e Zorzi (2009) *apud* Mendes, Zerbato e Romano (2023) destacam que o cérebro humano se reorganiza segundo estímulos externos e, no qual o desenvolvimento da aprendizagem está ligado a condição de que o conhecimento está ligado à condição de que o conhecimento esteja de acordo com as expectativas, e que tenha ligação com o que já é de conhecimento e relevante para o estudante. Nesse sentido o DUA utiliza a neurociência para estimular o desenvolvimento de estratégias didáticas significativas.

Podemos concluir que o DUA visa construir uma prática pedagógica pautada em apoios e desafios flexíveis, enfatizando múltiplas formas de apresentação de conteúdos, o uso de diferentes meios de engajamento e possibilidades de demonstração de aprendizado pelos alunos.

O CAST estabeleceu três princípios para promoção de uma aprendizagem universal: **meios de representação, engajamento e meios de expressão.**

Quadro 04: Princípios do Desenho Universal na Aprendizagem<sup>2</sup>

Representação	Estratégias
<p>Este princípio refere-se a dimensão da apresentação das informações e conteúdos. Os estudantes diferem nas maneiras que percebem e compreendem informações. Aqueles com deficiências sensoriais; dificuldades de aprendizagem; diferenças de linguagem ou culturais podem necessitar de maneiras diferentes de abordar o conteúdo. Uns podem entender informações com agilidade ou mais eficiência por meio de meios visuais ou auditivos, em vez de texto impresso.</p>	<p>Tamanho do texto, imagens, gráficos, tabelas ou outro conteúdo visual O contraste entre fundo e texto ou imagem. Fornecer diagramas visuais, gráficos, notações de música ou som. Forneça transcrições escritas para vídeos ou clipes auditivos. Fornecer objetos físicos e modelos espaciais para transmitir perspectiva ou interação Fornecer pistas auditivas para conceitos-chave e transições em informações visuais</p>
Meios de expressão	Estratégias
<p>Este princípio relaciona-se ao “como da aprendizagem”. Os estudantes diferem nas maneiras que eles podem interagir em um ambiente de aprendizagem e expressar o que sabem. Por exemplo, alunos com deficiências significativas de movimento (por exemplo, paralisia cerebral), aqueles que necessitam de apoio em habilidades estratégicas e organizacionais (distúrbios de função executiva), aqueles que têm barreiras de linguagem, e assim por diante interagem em tarefas de aprendizagem de forma diferente. Alguns podem ser capazes de se expressar bem em texto escrito, mas não em discurso, e vice-versa. Na realidade, não há um meio de ação e expressão que será ideal para todos os alunos. Fornecer opções de ação e expressão é essencial.</p>	<p>Fornecer alternativas nos requisitos de tempo, velocidade e alcance de ação motora necessários para interagir com materiais instrucionais e tecnologias. Fornecer alternativas para responder fisicamente ou indicar seleções (por exemplo, alternativas à marcação com caneta e lápis, alternativas ao controle do mouse) Fornecer alternativas para interagir fisicamente com materiais à mão, voz, interruptor único, joystick, teclado ou teclado adaptado Fornecer comandos de teclado alternativos para a ação do mouse. Forneça acesso a teclados alternativos.</p>
Engajamento	Estratégias
<p>Este princípio relaciona-se a motivação e requer que sejam estabelecidas opções variadas de envolvimento. Os alunos diferem marcadamente nas maneiras pelas quais podem ser engajados ou motivados a aprender. Alguns alunos engajam-se pela espontaneidade e pela novidade, enquanto outros estão desinteressados, até mesmo assustados, por esses aspectos, preferindo uma rotina. Alguns podem preferir trabalhar sozinho, enquanto outros preferem trabalhar com seus pares.</p>	<p>Fornecendo escolhas em coisas como o tipo de recompensas ou reconhecimentos disponíveis. Oferecer ferramentas utilizadas para a coleta ou produção de informações. Permitir que os alunos participem na concepção de atividades em sala de aula e tarefas acadêmicas. Envolver os alunos sempre que possível, na definição de seus próprios objetivos acadêmicos e comportamentais pessoais. Fornecer tarefas que permitam a participação ativa, a exploração e a experimentação. Planejar atividades com gráficos, calendários, horários, temporização visível, pistas, etc. que podem aumentar a previsibilidade das atividades. Projetar atividades para que os resultados de aprendizagem sejam autênticos, comuniquem-se com públicos reais e reflitam um propósito que é claro para os participantes.</p>

Fonte: CAST (2023)

<sup>2</sup> Elaborado com base em <https://udlguidelines.cast.org/engagement/recruiting-interest/choice-autonomy>

Destacamos que o trabalho pedagógico pautado no DUA se opõe aos métodos de ensino tradicionais, concebidos para ensinar estudantes homogêneos; e vai de encontro ao ensino na diversidade, pois aposta na valorização de propostas educacionais que atendam as singularidades do sujeito que vai ser ensinado.

O planejamento pedagógico pautado nos princípios do DUA se remete a busca por planos de naturalmente acessíveis a cada estudante, possibilitando a verdadeira inclusão ao proporcionar as melhores formas de aprendizagem e expressão da mesma. Uma atividade pedagógica com base no DUA não buscar ajustar o estudante ao currículo, ela permite que o cerne do que se se pretende ensinar esteja acessível ao estudante. No quadro nº 04, apresentamos um exemplo de planejamento de aula dentro dos pressupostos do DUA.

Quadro 05: Exemplo de Planejamento de aula nos pressupostos do DUA.

<b>Objetivo da aula:</b> Identificar e reconhecer as vogais do alfabeto
<b>Atividade:</b> Apresentar o objetivo da aula. Apresentar as vogais na lousa interativa. Apresentação das vogais uma a uma, começando pela vogal "A". Para cada vogal, mostrar uma imagem e uma palavra que comece com essa vogal, proporcionando uma experiência visual e auditiva. Realizar um jogo interativo sobre as vogais. Usar recursos visuais coloridos e chamativos para cativar a atenção do aluno para cada vogal. Realizar perguntas sobre as vogais e incentivar a identificação na imagens.
<b>Representação:</b> Utilização de diferentes modalidades de representação (visual, auditiva) para abordar as vogais, tornando o conteúdo acessível a diferentes tipos de estudantes.
<b>Meios de expressão:</b> Incentivo à participação ativa do aluno através de repetições, jogos e interações que permitem que ele demonstre seu conhecimento de maneiras diversas.
<b>Engajamento:</b> Uso de atividades interativas e envolventes para manter o interesse e a participação do aluno ao longo da aula.
<b>Obs.:</b> No caso de estudante com PEI, verificar suas necessidades de suporte para participar da aula. A atividade pode ser complementada com músicas e sugestão dos alunos darem continuidade do jogo em casa com responsáveis, irmãos ou colegas.

O DUA permite pensar a diferença entre os estudantes como uma característica do ser humano, indo de encontro aos pressupostos da inclusão escolar, permitindo o trabalho com o PEI sempre que um estudante necessitar da estratégia para acesso a construção de conhecimento.

# PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO PARA O ALFALETRAMENTO

Oliveira e Simão (2021) ressaltam que a pessoa com deficiência intelectual precisa ser percebida como um cidadão que possui o direito fundamental de se alfabetizar. Destacam que esses alunos passam anos a fio em bancos escolares sem se apropriarem de maneira autônoma das habilidades de ler, escrever e contar; onde as práticas pedagógicas se resumem a infinitas estratégias de preparação para a alfabetização.

Paiva (2009) ao investigar a educação de jovens e adultos alerta sobre fatores que incidem para uma produção do analfabetismo, como por exemplo o próprio espaço das escolas destinadas para esse público, que frequentemente são espaços excludentes para esses jovens e adultos, muitas vezes sendo o próprio culpabilizado pela situação do analfabetismo. Há uma precarização do pertencimento escolar desse público, as serem obrigados a frequentar no horário noturno, as salas do Ensino Fundamental com predominância de decoração infanto-juvenil, assim como móveis e carteiras inadequados. Nessa situação também se encontram os jovens com deficiência intelectual, tendo ainda como a culpabilização pelo fracasso no âmbito acadêmico devida a situação de seu déficit cognitivo, ignorando-se completamente o que se preconiza na educação inclusiva, na qual a responsabilidade por um ensino de qualidade está na busca dessa escola pela eliminação de barreiras e entraves na escolarização dessa população.

De acordo com o Censo Escolar de 2023, das 1.771.430 matrículas na educação especial computadas em 2023, a maior concentração está nos anos iniciais do ensino fundamental: 616.394. Os dados dessa pesquisa também apontam uma queda de matrículas ao longo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, pois nos anos finais do fundamental, o número de estudantes cai para 497.836, e, na passagem para o ensino médio, ocorre mais uma redução, chegando a 223.258 estudantes, o que representa uma perda de 55,1% das matrículas em relação à etapa anterior.

A pesquisa do Censo 2023, também revela que do total de matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial na Educação Básica, 57.7% são de estudantes com deficiência intelectual (952.904). E no que tocante à taxas de analfabetismo, para pessoas com deficiência a incidência foi de 19,5 %, enquanto entre as pessoas sem deficiência essa taxa foi de 4.1%. Demonstrando a necessidade do fomento a iniciativas de estudos e pesquisas nessa temática.

A partir dessas ponderações sobre a importância da alfabetização e a necessidade de ir além de políticas, com base na produção de nosso grupo de pesquisa temos aliado os estudos sobre o Plano Educacional Individualizado – PEI e o Desenho Universal na Aprendizagem – DUA sob a forma de cursos de extensão para professores e para estudantes com deficiência intelectual visando o ensino de habilidades básicas como: leitura, escrita, cálculos matemáticos e uso de recursos tecnológicos (MASCARO, 2017; 2019, 2020; 2021).



Embora exista a recomendação para elaboração do PEI para o estudante da Educação Especial, não existem estudos que associem essa estratégia ao trabalho para alfabetizar o estudante com deficiência intelectual. A Lei Brasileira de Inclusão-Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13146 (BRASIL, 2015), incumbe ao poder público em seu artigo 28, que se assegure, crie, se desenvolva, implemente, incentive, acompanhe e avalie: propostas de aprendizado ao longo da vida, planejamento de estudo de caso para elaboração do plano de atendimento educacional especializado, adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento de aspectos linguísticos, culturais e profissionais; dentre outras medidas.

Dessa forma, esse protocolo surge com o objetivo disseminar uma proposta de formação docente para aplicação Plano Educacional Individualizado (PEI) com ênfase na Alfabetização e Letramento alfabetização de jovens, adultos e idosos que ainda não se apropriaram das habilidades de leitura, escrita e o letramento. Tendo em vista que estas habilidades são fundamentais para garantir a consolidação de outras aprendizagens necessárias no curso do nosso desenvolvimento.

Intenciona-se colaborar com o itinerário formativo desse aluno por meio do ensino da leitura, da escrita e do uso delas para propiciar suas escolas diante de suas necessidades, sendo para um suporte na vida acadêmica, apoio para transição em diferentes etapas da vida ou mesmo para a sua inserção no mundo do trabalho.

De acordo com Magda Soares (2020) as taxas de insucesso escolar crescem ao longo do Ensino Fundamental a partir do 3º ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Os estudantes não apresentam avanços esta etapa da escolarização com domínio das habilidades básicas de leitura e escrita. A pesquisa do indicador Nacional de Alfabetização (Inaf), na edição de 2018, apontou entre as pessoas que possuem os anos iniciais do Ensino Fundamental, mais de 2(dois) terços (70%) permanecem na condição considerada “Analfabetismo Funcional: com muita dificuldade para fazer uso da leitura e da escrita em situações de vida cotidiana, como reconhecer informações em um cartaz ou folheto (Soares, 2020).

A autora supracitada também adverte que se torna imprescindível que os estudantes aprendam o sistema alfabético de escrita e contemporaneamente, conhecendo seus usos sociais: ler, interpretar e produzir textos. Dessa forma não se deve apenas alfabetizar e sim, alfabetizar e letrar, o que chama de “Alfaletramento”, ou seja, ensinar o código escrito por meio de atividades pedagógicas relacionadas ao uso social da habilidade. Por exemplo: se a proposta é ensinar a escrever uma carta ou bilhete, criar uma função real para a informação do conteúdo da carta ou bilhete.

De acordo com Magda Soares (2020) as taxas de insucesso escolar crescem ao longo do Ensino Fundamental a partir do 3º ano de escolaridade no Ensino Fundamental. Os estudantes não apresentam avanços esta etapa da escolarização com domínio das habilidades básicas de leitura e escrita. A pesquisa do indicador Nacional de Alfabetização

(Inaf), na edição de 2018, apontou entre as pessoas que possuem os anos iniciais do Ensino Fundamental, mais de 2(dois) terços (70%) permanecem na condição considerada “Analfabetismo Funcional: com muita dificuldade para fazer uso da leitura e da escrita em situações de vida cotidiana, como reconhecer informações em um cartaz ou folheto (Soares, 2020).

Nas palavras de Senna (2019, p. 179 e 180), “... embora possamos falar de duas áreas, letramento e alfabetização são faces de um único campo acadêmico”, sendo a compreensão dessa globalidade algo complexo, do qual ainda não se percebe um compromisso efetivo voltado para a aproximação efetiva à realidade dos sujeitos escolares. Há uma necessidade de “apresentarmos respostas àqueles casos numerosos de fracassos ou de insuficiência na construção e uso dos códigos escritos na sociedade brasileira”.

Segundo com Mascaro (2017, p.27)

A inclusão é um processo em permanente construção. Apesar da eliminação de alguns entraves, como por exemplo, para a garantia do acesso de alunos com deficiência à escola comum, ainda é preciso se debruçar na busca por formas que favoreçam a sua escolarização efetiva neste espaço.

Diante do exposto, justifica-se o desenvolvimento de um protocolo para o Alfaletamento no AEE por meio do Plano Educacional Individualizado - PEI. Cabe destaque que, dentre as múltiplas facetas da exclusão em nossas escolas, encontra-se a dificuldade para a realização de práticas de ensino adequadas às especificidades dos estudantes com deficiência intelectual. A leitura, escrita e o letramento são habilidades extremamente importante na sociedade, dessa forma processos pedagógicos eficazes para estudantes com deficiência intelectual tornam-se imprescindíveis para lhes proporcionar maior autonomia e inclusão social (Mascaro, 2017).

Optamos por uma estratégia de aplicação do PEI para o Alfaletamento de forma remota, com base em estudos anteriores na etapa de validação deste protocolo, porém não há impedimento que a estratégia possa ser dinamizada de modo presencial. Entendemos que do ponto de vista qualitativo e funcional, as tecnologias interferem positivamente para eliminar barreiras como a frequência presencial do estudante ao Atendimento Educacional Especializado- AEE, assim como aproximar professores para um trabalho colaborativo com os estudantes.

O presente protocolo é produto de uma pesquisa que abarcou a tríade universitária: ensino, pesquisa e extensão, sendo validado por meio de uma formação extensionista tanto para docentes, quanto para estudantes com deficiência intelectual. Tendo uma etapa teórica para os docentes cursista e uma etapa prática com os estudantes para o Alfaletamento remoto (Mascaro, 2020, 2022, 2023, 2024).

A proposta formativa é embasada em uma pesquisa colaborativa com os docentes cursistas no curso de aperfeiçoamento e com os estudantes com deficiência intelectual no curso de iniciação (ambos cancelados pelo Departamento de Extensão da UERJ), a

formação proposta dividiu-se em uma etapa teórica e outra prática. Após o conhecimento do protocolo para aplicação do PEI, iniciava-se a etapa prática com os estudantes.

Na etapa teórica foram dinamizados conteúdos divididos nos estudos das temáticas abaixo:

- O estudante com deficiência intelectual e suas especificidades.
- Transição para a vida adulta do estudante com deficiência.
- Modelos de apropriação do conhecimento.
- Alfabetização e letramento.
- Desenho Universal na Aprendizagem.
- Ensino colaborativo.
- Plano Educacional Individualizado.
- Mediação tecnológica.

Os conteúdos foram dinamizados por meio de atividades síncronas semanais (encontros com duração de 1h30/2h) e assíncronas em um site no qual os docentes realizavam as atividades propostas sobre o conteúdo a ser discutido nas aulas síncronas. Na etapa prática, são formadas equipe com os docentes cursistas para a aplicação do PEI elaborado para um estudante com deficiência intelectual, de maneira remota, através de encontros pré-agendados, pelo *Zoom* (plataforma de comunicação coletiva online). Os estudantes participantes da etapa prática, eram indicados a partir de uma parceria com a equipe pedagógica do CAEP Favo de Mel<sup>1</sup>. Importante ressaltar que toda a articulação para a aplicação do PEI seguia o protocolo específico da pesquisa que aconteceu de forma remota.

Com base em um trabalho colaborativo, as equipes de cursistas professores montavam estratégias de comunicação mediadas pela tecnologia com os estudantes participantes e suas famílias para planejar o protocolo específico para a essa etapa prática do curso. Esses contatos se davam inicialmente por meio de mensagens pelo telefone celular, por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e o trabalho se desenvolvia posteriormente por meio de reuniões virtual em plataformas como o *Google Meet* ou *Zoom* (plataformas de comunicação coletiva online).

No planejamento da atividade prática do curso, acompanhando os pressupostos da metodologia da pesquisa-ação, a equipe avaliou a necessidade de mais um ator, surgindo a figura do agente de apoio domiciliar; tendo em vista que a participação deste agente no estudo não foi previamente planejado, entretanto de extrema necessidade para que os objetivos dos cursistas e as atividades dos estudantes da FAETEC fossem realizadas. Esse novo agente, fazia a mediação para orientar os estudantes com deficiência intelectual no uso das tecnologias, como compartilhamento de telas, uso de comandos do computador ou celular. Com base nos resultados, foram formadas outras turmas, até o presente momento

---

<sup>1</sup> Centro de Apoio a Educação Profissional Favo de Mel para jovens e adultos com deficiência intelectual da Fundação de Apoio a Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro.

participaram da formação aproximadamente 150 professores e 30 estudantes com deficiência ao longo de 2 anos, a proposta do protocolo foi revisada, sendo essa versão referente ao ano de 2024. Nossa intenção é proporcionar a aquisição de aprendizagens significativas para o alunado jovem, adulto e idoso, no sentido do Alfabetramento, tendo em vista que isso é essencial para o desenvolvimento humano e consequente inclusão. A seguir apresentamos nosso protocolo, objetivando que ele possa ser reaplicado e reformulado para atender as especificidades de cada situação e/ou realidade.

### 3.1 ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA APLICAÇÃO DO PROTOCOLO PARA O ALFALETAMENTO REMOTO

Para o trabalho de aplicação do PEI remoto é essencial aos professores aplicadores que se apropriem de recursos tecnológicos de comunicação e interação instantâneas. Dentre outros recursos, o trabalho tem se baseado, nos recursos descritos no Quadro 05.

Quadro 06 – Recursos tecnológicos para interação

RECURSO TECNOLÓGICO	DESCRIÇÃO
<b>Google Meet</b>	Plataforma do Google que possibilita reuniões por videoconferência online. A plataforma era utilizada para realização dos encontros síncronos.
<b>Google Jamboard</b>	Plataforma do Google que funciona como tela/quadro interativo, editado de forma colaborativa que pode ser acessado de diferentes dispositivos ao mesmo tempo. Por ser uma tela interativa, permite a elaboração e aplicação de atividades em que o aluno e aplicadoras interagem ao mesmo tempo, tornando a aprendizagem dinâmica e atrativa.
<b>Microsoft Powerpoint</b>	Programa utilizado para criação/edição e exibição de apresentações e atividades gráficas.
<b>WhatsApp</b>	Aplicativo de mensagens instantâneas, e chamadas de voz e de vídeo. Permitiu não somente o contato entre a equipe de aplicadores, agente de apoio e sujeito da aplicação, mas também a realização de atividades, envio de fotos e vídeos e uma interação mais dinâmica.
<b>Google Forms</b>	Permite realizar atividades com diversos níveis de dificuldades, desde atividades simples, às mais complexas, como múltipla escolha com o uso de imagens, palavras e frases; questões com respostas curtas ou longas e apresentação de imagens e vídeos.
<b>Site Wordwall</b>	Recurso tecnológico que permite grandes possibilidades em relação à elaboração de jogos, questionários, atividades personalizadas em modelo gamificado, possibilitando a criação de recursos didáticos e elaboração de atividades. O participante acessava os jogos através dos links enviados. Por meio de compartilhamento de tela, as aplicadoras acompanhavam a realização das atividades, empreendendo as intervenções necessárias, proporcionando interação de todo o grupo ao longo do atendimento.
<b>Canva</b>	Plataforma de design gráfico que permite aos usuários criar gráficos de mídia social, apresentações, infográficos, pôsteres e outros conteúdos visuais. Possibilita a interação de forma síncrona entre todos os participantes, permitindo a elaboração e aplicação de atividades atendendo às necessidades do sujeito de forma instantânea e interativa.

Fonte: Burock; Mascaro, 2023

No que se refere ao engajamento pedagógico é relevante ter atenção aos pontos destacados a seguir:

- A opção teórica- metodológica é a histórico-cultural.
- Os pressupostos desse trabalho consideram os processos cognitivos fundamentais da aprendizagem humana, assim como diferentes formas de acesso ao conhecimento, buscando considerar possíveis dificuldades do participante sob um olhar para a diversidade humana e suas possibilidades.
- Entendendo o campo da pedagogia com tendo um arcabouço de teorias e práticas, busca-se encontrar possibilidades de ensino e aprendizagem de acordo com o cotidiano do participante, de forma a elaborar estratégias que enriqueçam a aplicação do PEI para o Alfabrramento.

Dessa forma, apresenta-se uma proposta de trabalho pedagógica, não tendo a intenção de elaboração de um método, e sim uma orientação para um trabalho que potencialize o alfabrramento dos estudantes. No quadro nº 06, apresentamos um exemplo de atividade, do curso no ano de 2021 (neste modelo ainda não incluíamos a descrição das redes do DUA).

Quadro nº 07 – Exemplo de Atividade de Alfabrramento

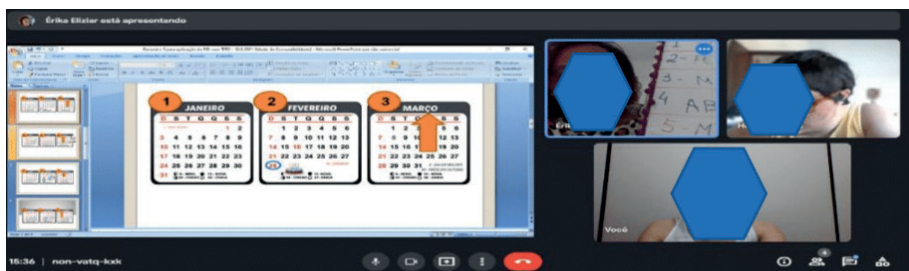
PEI nº 001 Vigência: Agosto a novembro /2021 Planejamento de atividades nº: 04
Participante: xxxx
Agente de apoio domiciliar: xxxx
Equipe de pesquisadores (aplicadores): xxxx
Data: 16/08/2021 Horário: 16h às 17h
Conteúdos: 21. Identificação do dia da semana, mês, ano.
Objetivos: Localizar-se no tempo e espaço, através de sequências de fatos e quantidades. Organizar pensamentos, identificando o antes e depois.
Descrição da atividade: No primeiro momento conversar com o aluno informalmente, questionando-o se sabe a dia, mês e ano do seu nascimento. Após esse momento iniciar a atividade pelo PowerPoint, levando o estudante a ler os meses do ano, posteriormente escrever cada mês em sua ordem, podemos tentar ampliar o conhecimento do aluno, ressaltando os dias dos nossos encontros e assim contar quantos encontros demos ainda. Para finalizar, deixar uma tarefa para o mesmo, fazer uma pesquisa em casa e enviar pelo WhatsApp a data do nascimento de cada pessoa da sua família; mãe, pai, irmã e sobrinha.
Recursos: smartphone, WhatsApp, caderno, lápis, borracha e PowerPoint.

Avaliação ao final da atividade:

No primeiro momento iniciamos uma conversa informal, onde o estudante lembrou alguns acontecimentos. Após essa conversa questionamos o aluno a falar o dia do seu aniversário, o mesmo teve dificuldade em lembrar, a articuladora fez uma intervenção e o ajudou a lembrar. Após esse momento a aplicadora deu início ao desenvolvimento da atividade, pelo PowerPoint, levamos o estudante a ler os meses do ano e a cada mês lembrou de algum acontecimento, como; fevereiro – carnaval, junho – aniversário do XXX e assim por diante. Na atividade também foi enfatizado com o aluno os dias dos nossos próximos encontros, assinalamos os dias com uma cor diferente, no PowerPoint, para facilitar a visualização do aluno e assim se localizar. Durante esse momento fomos enumerando cada mês do ano e elencando cada dia do aniversário de cada um, colocando uma imagem de um bolo ao lado do dia. O aluno respondeu aos estímulos apresentados, hora mostrava satisfação e hora percebíamos que o mesmo estava disperso, porém, nada que prejudicasse a aplicação da atividade.

Observação: -x-

Foto ou outro registro:



Fonte: Mascaro e Estef (2023)

### 3.2 PROTOCOLO PARA O ALFALETRAMENTO

O trabalho é organizado com base em etapas distintas, na qual a aplicação do PEI do participante é desenvolvida de acordo com os pressupostos da pesquisa-ação, uma modalidade de investigação qualitativa que permita a ação e a reflexão sobre a prática. Dessa forma, torna-se possível a realização de mudanças nas estratégias para atingir os objetivos propostos em relação ao alfaletramento do participante. Os participantes são selecionados por indicação de escolas, professores ou responsáveis. Precisam ter mais de 14 anos e um agente de apoio para mediação tecnológica inicial. Sendo um trabalho de pesquisa, requer os trâmites éticos em pesquisa, como o termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE e/ou Termo de Assentimento – TA, com prévia explicação do conteúdo dos documentos.

### 3.3 ETAPA INTRODUTÓRIA

#### Instruções

Após a indicação do estudante, a equipe de professores estabelece um canal de comunicação e realiza atividades de sondagem em relação às habilidades relativas ao domínio de leitura, escrita, alfabetização matemática e do uso de tecnologias. Também pode consultar documentos como relatórios de atividades acadêmicas, boletins, relatórios de atendimentos multidisciplinar, dentre outras fontes relevantes para traçar o perfil do participante. Esta etapa só é realizada uma única vez, na necessidade de elaboração de uma nova versão do PEI, ele será feito com base na avaliação do trabalho realizado no PEI anterior. Podem ser agendados de 5 a 10 encontros, tendo como critério para quantidade de encontros a avaliação necessária para traçar um objetivo personalizado para o estudante. Torna-se imprescindível que a dinâmica para esta etapa seja planejada de forma lúdica e descontraída, porém evitando atividades e vocabulário infantilizado.

Nesta etapa, preenche-se o quadro 06 com as ações iniciais. E, ao final desta etapa, o perfil do PEI, o objetivo geral e os específicos do participante.

Quadro 08: Planejamento da Etapa Introdutória – PEI

<b>PEI nº ____ Vigência: _____</b> <b>Planejamento da Etapa Introdutória nº: _____</b>
<b>Participante:</b>
<b>Agente de apoio:</b>
<b>Equipe de pesquisadores (aplicadores):</b>
<b>Data: Horário:</b>
<b>Objetivo:</b>
<b>Descrição da atividade:</b>
<b>Recursos:</b>
<b>Parecer qualitativo:</b> (Após a última atividade introdutória, define-se a modalidade do PEI, o objetivo geral e os específicos)
<b>Fotos ou links:</b>

Fonte: Mascaro, 2023

Nas entrevistas e atividades com o estudante, é importante colher dados que demonstrem como ele lida com a construção do conhecimento (visual, auditivo, cinestésico). Ao finalizar a etapa introdutória, a equipe e professores responsáveis pela aplicação direta do PEI, devem elaborar o perfil do aluno, destacando um objetivo geral e específicos para elaboração PEI. O resultado dessa etapa introdutória deve ficar registrada no quadro 07:

<b>Etapa introdutória do Plano Educacional Individualizado – PEI</b>
<b>Local:</b>
<b>Ano:</b>
<b>Etapa introdutória de xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx</b>
<b>Descrição das ações realizadas para coleta de dados:</b>
<b>Perfil do estudante:</b>
<b>Objetivo geral e específicos:</b>
<b>Equipe responsável pela elaboração desta etapa introdutória:</b>
<b>Equipe de aplicadores do PEI:</b>
<b>Data da revisão do PEI:</b>

Fonte: Mascaro, 2023

A partir deste perfil do estudante e dos objetivos, inicia-se o planejamento das atividades do PEI. Neste momento, a equipe da escola e professores irão definir a periodicidades das atividades e aplicar o PEI visando alcançar os objetivos.

Tendo em vista que é uma proposta individualizada, cabe pontuar que há diferentes maneiras de um estudante ser beneficiado, lembrando sempre que esse PEI deve buscar atingir os objetivos traçados previamente.

### **3.4 COLOCANDO O PEI EM PRÁTICA**

Sendo uma estratégia que visa eliminação de barreiras ao acesso ao conhecimento escolar, o planejamento de atividades deve ser embasado nos princípios do Desenho Universal na Aprendizagem – DUA, que visa eliminar as barreiras no acesso aos conteúdos escolares. Essa proposta foi iniciada pelo O CAST - *Centre of Applied Special Technologies*, Centro de Tecnologias Especiais Aplicadas em português, que é uma organização sem fins lucrativos que se dedica há mais de 37 anos para que, cada vez mais, os sistemas de ensino do mundo possam oferecer uma educação de qualidade para todas e todos. Segundo os princípios do DUA, o planejamento de uma atividade de ensino deve considerar a seleção adequada de: estratégia de engajamento dos estudantes; meios de representação e meio de expressão.

A partir da análise da etapa introdutória, com base nos objetivos previamente estabelecidos nesta etapa, de acordo com o perfil do aluno, inicia-se as intervenções pedagógicas necessárias a participação do estudante nas atividades acadêmicas com base no DUA. De acordo com o que foi definido no PEI, o conteúdo programático do aluno, demandas da alfabetização e letramento, inicia-se o planejamento das atividades, de acordo com o modelo de planejamento (quadro 07) para registro do que será feito. Para preenchê-lo deve ser selecionado o objetivo geral da atividade do dia de atendimento (de preferência



trabalhar um objetivo por dia de acordo com os conteúdos), a equipe deve especificar quais conteúdos da Matriz de Conteúdos (Apêndice A) serão trabalhados naquela atividade. Ao final da atividade pontuar de acordo com a escala avaliativa.

Quadro 10: Plano Educacional Individualizado – PEI para o Alfabetamento

PEI nº _____	Ano:		
Nome do estudante:	Data:		
Contexto da aplicação: <input type="checkbox"/> Complementar/suplementar habilidades na vida acadêmica. <input type="checkbox"/> Inserção em nova etapa de itinerário formativo (Ensino Fundamental II, Curso de Formação Profissional, Ensino Médio, Ensino Superior). <input type="checkbox"/> Inserção ou manutenção no mundo do trabalho. Modalidade ( ) Presencial ( ) Remoto	Tempo de atividade:		
Profissionais envolvidos:			
Conteúdo:			
Objetivos:			
Estratégia de engajamento:			
Meios de representação:			
Meios de expressão:			
Descrição da atividade:			
Avaliação da atividade:(seguindo a escala de avaliação)			
<b>Escala de avaliação do participante</b>			
<b>Conteúdo:(caso tenha trabalhado mais de um conteúdo, cole outra tabela abaixo e avalie</b>			
<b>Categorização</b>	<b>Sigla</b>	<b>Critério de inclusão</b>	<b>Pontuação</b>
Realiza independente	RI	Não requer nenhuma ajuda	4
Realiza parcialmente	RP	Requer pouca ajuda	3
Realiza com apoio	RA	Não realiza sem ajuda física ou de suporte	2
Não Realiza	NR	Não consegue, mesmo com ajuda física ou suporte	1
Não foi apresentado	NA	Não houve atividade	0
Justificativa do resultado da avaliação			
No caso de resultados insuficientes, registrar possibilidades de repetir a atividade utilizando outras estratégias, meios de representação e/ou meios de expressão:			
Data da próxima atividade:			

Fonte: Mascaro (2023)

Com base no PEI, as atividades serão dinamizadas conforme o modelo do quadro 04. Este formulário refere-se ao registro das atividades realizadas em cada dia de atendimento para atingir aos objetivos do PEI em referência. Ao selecionar o objetivo geral da atividade do dia de atendimento (visando um específico), a equipe deve especificar quais conteúdos da Matriz de Conteúdos (Apêndice A) serão trabalhados naquela atividade. Ao final da atividade pontuar de acordo com a escala avaliativa.

### a. Avaliação do PEI e encaminhamentos

Após o final de todas as aplicações planejadas, de acordo com o planejamento do PEI e/ou momento de uma possível nova fase ou encerramento, o quadro 08 será preenchido.

Quadro 11: Avaliação do PEI e encaminhamentos

Plano Educacional Individualizado: Alfabetização e Letramento – Nº 001				
Período de vigência:			Data de elaboração:	
Participante:				
Agente de apoio:				
Equipe de pesquisadores (professores):				
Escrita	Categorização	Sigla	Critério de inclusão	Pontuação
	Realiza independente	RI	Não requer nenhuma ajuda	4
	Realiza parcialmente	RP	Requer pouca ajuda	3
	Realiza com apoio	RA	Não realiza sem ajuda física ou de suporte	2
	Não Realiza	NR	Não consegue, mesmo com ajuda física ou suporte	1
	Não foi apresentado	NA	Não houve atividade	0
Avaliação qualitativa:				
Leitura	Categorização	Sigla	Critério de inclusão	Pontuação
	Realiza independente	RI	Não requer nenhuma ajuda	4
	Realiza parcialmente	RP	Requer pouca ajuda	3
	Realiza com apoio	RA	Não realiza sem ajuda física ou de suporte	2
	Não Realiza	NR	Não consegue, mesmo com ajuda física ou suporte	1
	Não foi apresentado	NA	Não houve atividade	0
Avaliação qualitativa:				

Alfabetização Matemática	Categorização	Sigla	Critério de inclusão	Pontuação
	Realiza independente	RI	Não requer nenhuma ajuda	4
	Realiza parcialmente	RP	Requer pouca ajuda	3
	Realiza com apoio	RA	Não realiza sem ajuda física ou de suporte	2
	Não Realiza	NR	Não consegue, mesmo com ajuda física ou suporte	1
	Não foi apresentado	NA	Não houve atividade	0
Avaliação qualitativa:				
Tecnologias	Categorização	Sigla	Critério de inclusão	Pontuação
	Realiza independente	RI	Não requer nenhuma ajuda	4
	Realiza parcialmente	RP	Requer pouca ajuda	3
	Realiza com apoio	RA	Não realiza sem ajuda física ou de suporte	2
	Não Realiza	NR	Não consegue, mesmo com ajuda física ou suporte	1
	Não foi apresentado	NA	Não houve atividade	0
Avaliação qualitativa:				
<b>Observações gerais:</b>				
<b>Ciência do participante:</b>				
<b>Ciência do agente de apoio e /ou responsável:</b>				

Fonte: Mascaro, 2023

O presente trabalho buscou colaborar com uma proposta inicial de PEI voltada para o Alfaletramento, tendo como base as necessidades dos jovens, adultos e idosos com deficiência intelectual para inserção em uma vida mais independente. Tendo como preocupação realizar um trabalho diferenciado, tendo em vista a importância destas habilidades em nossa sociedade. A leitura e a escrita são habilidades pré-requisitadas para todas as demais aprendizagens ao longo da nossa vida. O fato de as pesquisas apontarem o alunado com deficiência intelectual como a categoria com maior número de matrículas no Ensino Fundamental, em turma do Ensino Comum e; ao mesmo tempo apontar a escassez desses alunos no Anos Finais dessa etapa de ensino, assim como no Ensino Médio e Ensino Superior, nos faz refletir sobre a urgência de pensarmos estratégias que possibilitem um Alfaletramento para esse público. Entendemos que não podemos insistir em métodos fechados para alfabetizar, mas sim insistir em propostas metodológicas que considerem as diferentes formas pelas quais a inteligência humana se manifesta.

É preciso buscar uma prática docente pautada na epistemologia do conhecimento para ensinar na diversidade. Incluir na escola é dar possibilidades. Nosso trabalho é parte de um leque maior de inúmeras iniciativas pela qual a Universidade pode ser protagonista com base no seu tripé: ensino, pesquisa e extensão. A inclusão é possível a partir de uma rede de apoio, assim como o ditado popular: “Uma andorinha só não faz verão... um professor só não faz a inclusão!”.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AAIDD. American Association on Intellectual and Developmental Disabilities. 2010. Disponível em: <https://www.aaidd.org/intellectual-disability/definition> Acesso em jul 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 29 fev. 2024.

BRASIL. *Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009*. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: Presidência da República, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11). Acesso em: 03 de julho de 2023.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 24 fev. 2024.

BUROCK, Neuzilene Ferreira Nascimento Burock; MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. Plano Educacional Individualizado (PEI): Alfabetização e Letramento em uma proposta de Ensino Remoto. Alfabetização, Linguagens e Letramentos. Campina Grande: Realize editora, 2023. p.593-617.

CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY (CAST). **Universal Design for Learning Guidelines: version 2.2**. 2018. Disponível em: <http://udlguidelines.cast.org>. Acesso em: 30 out. 2023.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. Material de Minicurso online sobre O Plano Educacional Individualizado, 2024.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. Projeto de Extensão “Alfabetização e letramento para estudantes com deficiência intelectual com ênfase no Plano Educacional Individualizado. UERJ, 2023.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. **O atendimento pedagógico na sala de recursos sob o viés do Plano Educacional Individualizado para o aluno com deficiência intelectual: um estudo de caso**. 2017. 152 f. Tese (Doutorado em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/10445>>. Acesso em: 08 mar. 2024.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. **Material didático do curso Alfabetização e Letramento pelo viés do Plano Educacional Individualizado (PEI) – Protocolo para elaboração e aplicação do Plano Educacional Individualizado**. UERJ, 2021.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho; REDIG, Annie Gomes. **Estudantes com deficiência intelectual na escola contemporânea: práticas pedagógicas exitosas**. Revista Teias, v. 22, n. 66, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/57019>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho; OLIVEIRA, Caroline Menezes Nunes de; BUROCK, Neuzilene Ferreira Nascimento; OLIVEIRA, Maria Regina Tinoco Menezes de. **Atendimento Educacional Especializado Remoto para o jovem com deficiência intelectual com ênfase no ambiente laboral.** In: Anais - Congresso Brasileiro de Educação Especial, IX, 2021, UFSCAR. Disponível em: <<https://cbee2021.faiufscar.com/anais#/trabalhos>>. Acesso em: 26 fev. 2024.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de C.; REDIG, Annie Gomes. Estudantes com deficiência intelectual na escola contemporânea: práticas pedagógicas exitosas. *Revista Teias*, v. 22, n. 66, p. 66-79, 2021.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho; ESTEF, Suzanli. Formação docente para o atendimento educacional especializado por meio da pesquisa-ação. *Revista Teias*, v. 24, n. 73, p. 198-208, 2023.

MENDES, Enicéia Gonçalves. *Práticas inclusivas inovadoras no contexto da classe comum: dos especialismos às abordagens universalistas.* Campos de Goytacazes, RJ: Encontrografia Editora, 2023.

OLIVEIRA, Heli Sabino; SIMÃO, Jalmiris Regina Oliveira Reis. A alfabetização como elemento de inclusão/exclusão: desafios e perspectivas na educação de jovens e adultos. In: SOARES, Ângela Mathyde; CAPOVILLA, Fernando César; SIMÃO, Jalmiris Regina Oliveira Reis; NEVES, Luís Miguel. *Caminhos da Aprendizagem e inclusão: entretecendo múltiplos saberes.* Belo Horizonte: Artesã, 2021. p.479-496.

SENNA, Luiz Antônio Gomes. *Fundamentos da linguagem na educação.* Curitiba: Appris, 2019.

SOARES, Magda. *Alfabetar: toda criança pode aprender a ler e escrever.* São Paulo: CONTEXTO, 2020.

PAIVA, Jane. *Os sentidos do direito à educação de jovens e adultos.* Petrópolis, Rio de Janeiro: DP et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. *Problemas da Defectologia.* São Paulo: Expressão Popular, 2021.

# APÊNDICES

## APÊNDICE A – MATRIZ DE CONTEÚDOS

Matriz de Conteúdos		
A) Escrita	CrITÉRIOS de observaçãO	ObservaçãO do professor (a) Sempre marcar aqui, neste quadro a data que utilizou o conteúdo no planejamento
A.1. CompreensãO das diferençAs existentes entre os sinais do sistema de escrita alfabético-ortogrÁfico e outras formas grÁficas e sistemas de representaçãO.	Verificar se o estudante faz distinçõEs entre: letras e nÚmeros, sinais do sistema de escrita alfabético-ortogrÁfico, marcas ou sinais grÁficos ou outros sistemas de representaçãO.	<b>Exemplo:</b> <b>23/10</b> <b>03/11</b>
A.1. Escreve seu prÓprio nome	Caso realize a escrita, verificar se escreve o nome completo e se sabe utilizar essa informaçãO sobre o nome alÉm da cÓpia “decorada”. Pode—se simular situaçõEs cotidianas na qual precisamos informar nossa identificaçãO nominal	
A.2. Escreve as vogais	Verificar se a escrita se refere ao entendimento da unidade sonora.	
A.3. Escreve o alfabeto	Verificar se a escrita se refere ao entendimento da unidade sonora.	
A.4. Escreve palavras simples	Verificar se entende o significado das palavras escritas.	
A.5. Escreve seu endereçO residencial	Verificar se informa todos os campos necessÁrios de uma identificaçãO um endereçO. Simular situaçõEs reais da necessidade dessa informaçãO.	
A.6. Escreve endereçO da escola ou do trabalho	Verificar se informa todos os campos necessÁrios de uma identificaçãO de um endereçO. Simular situaçõEs reais da necessidade dessa informaçãO.	
A.7. Sabe escrever seu e-mail.	Verificar se a escrita estÁ de acordo com os quesitos desse tipo de endereçO. Simular situaçõEs reais da necessidade desse endereçO.	

A. 8. Sabe informar a identificação de seu contato em redes sociais (Facebook, Instagram, outras)	Verificar se sabe informar de forma oral e escrita. Simular situações reais da necessidade desse uso.	
A.9. Conhecimento do alfabeto.	Identificação das letras do alfabeto. Distinção entre as letras de imprensa maiúscula e minúscula, e a cursiva, maiúscula e minúscula.	
A.10. Domínio de convenções gráficas: orientação da escrita; alinhamento da escrita; segmentação dos espaços em branco e pontuação.	<p>Reconhecimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Entre a direção correta da escrita (esquerda/direita, de cima/para baixo) e utilização correta da folha (pautada ou não, de acordo com o planejamento pedagógico);</li> <li>• Das formas gráficas destinadas a marcar a segmentação na escrita (espaçamento entre palavras e pontuação).</li> </ul>	
A.11. Reconhecimento de palavras e unidades fonológicas ou segmentos sonoros.	<p>Identificação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Rimas, as sílabas e sons existentes no início, nomeio e no final de palavras compostas com sons semelhantes e diferentes</li> <li>• Segmentação oral de palavras em sílabas;</li> <li>• Segmentação oral de frases em palavras.</li> </ul>	
A.12. Domínio de relações entre grafemas e fonemas.	<p>Utilização dos princípios e as regras ortográficas do sistema de escrita, considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• as correspondências entre grafemas e fonemas que são invariáveis, como P, B, V, F, por exemplo;</li> <li>• as correspondências que dependem do contexto (regulares contextuais), ou seja, em que se define, por exemplo, o valor sonoro da letra considerando a sua posição na sílaba ou na palavra e os "sons" que vêm antes e/ou depois. Um exemplo: a letra S, no início de palavra, representa sempre o fonema /s/, como em SAPO; a mesma letra, na posição entre vogais, representa o fonema /z/ como em CASA</li> </ul>	



A.13. Escrita de palavras de cor.	Escrita de cor de palavras como o próprio nome e de seus colegas, parentes, o nome da escola, local de estudo ou trabalho, o nome da cidade, bairro...	
A.14 Escrita de palavras com grafia desconhecida.	Escrita “ditada” para avaliar a habilidade de decodificação. Considerar o contexto da Psicogênese e Sociolinguístico.	
A.15. Escrita de sentenças.	Escrita com maior ou menor extensão (quanto maior a extensão, maior a dificuldade, pela sobrecarga de atenção e pelo esforço motor). Considerar o contexto da Psicogênese e Sociolinguístico.	
A.16. Redação de textos curtos adequados: ao gênero; • ao objetivo; • ao destinatário; • às convenções gráficas apropriadas • ao gênero; • às convenções ortográficas.	Produção, com maior ou menor adequação, de textos levando em conta a situação de produção e a situação em que será lido. Considerar o contexto da Psicogênese e Sociolinguístico.	
A. 16 - Outro		Caso inclua um conteúdo neste campo, justificar.
<b>B) Leitura</b>	<b>Critérios de observação</b>	<b>Observação do professor (a) Sempre colocar a data, quando ocorre a necessidade de registro.</b>
B.1. Leitura das letras do alfabeto	Avaliar a leitura, descartando a possibilidade de uma “decoreba”. Verificar se distingue as letras, identificando de forma adequada cada vogal.	
B.2. Faz a leitura de sílabas simples	Avaliar a leitura, descartando a possibilidade de uma “decoreba”. Verificar o entendimento do contexto das sílabas lidas.	
B.3. Faz a leitura de palavras simples	Avaliar a leitura, descartando a possibilidade de “decoreba”. Verificar o entendimento do contexto das palavras lidas.	

B.4. Leitura e compreensão de palavras compostas por sílabas canônicas e não canônicas.	Leitura de palavras compostas por diferentes estruturas silábicas, considerando-se as disposições de consoante (C) e vogal (V):  CV - padrão silábico canônico: (ex: sí-la-ba) V - (ex: a-ba-ca-te) CVC - (ex: tex-to, ve-ri-fi-car) CCV - (ex: pa-la-vra).	
B.5. Leitura de frases.	Compreensão de frases com estrutura sintática simples (ex.: “O rapaz dançou muito ontem”).	
B.6. Compreensão global de um texto lido, com a identificação do assunto principal.	Identificação do assunto que trata um texto.	
B.7. Identificação de diferenças entre gêneros textuais.	Utilização de diferentes estratégias de leitura adequadas ao gênero textual e ao suporte em que o texto é veiculado, bem como se utilização de conhecimentos sobre diferentes gêneros de textos para localizar informações.	
B.7. Outro		Caso inclua um conteúdo neste campo, justificar.
C) Alfabetização matemática	Critérios de observação	Observação do professor (a) Sempre colocar a data, quando ocorre a necessidade de registro.
C.1. Sabe informar sua idade.	Verificar se entende a atual fase de desenvolvimento que está.	
Consegue informar seu telefone ou um telefone para contato.	Verificar se escreve todos os números necessários, inclusive códigos de localidade. Simular situações reais da necessidade dessa informação	
C.2 Noção de conceitos de: cor, tamanho, forma geométrica, lateralidade, sucessor e antecessor.	Atividades contextualizadas o conhecimento dos conceitos para identificação do nível de conhecimento e necessidade de intervenções (priorizar de acordo com o contexto, o que será avaliado primeiro)	
C.3. Conhecimento dos números no contexto social.	Reconhecimento do nome e o desenho dos números, por meio situações hipotéticas cotidianas (idade, número do calçado, número da casa, dentre outros).	

C.4. Noção de quantidade e número.	Verificação por meio de situações problema se há conhecimento da relação entre a quantidade e a grafia do número.	
C.5. Realização de cálculos envolvendo a operação de adição, utilizando algoritmos.	Verificação do entendimento do conceito dessa operação ao realizar pequenos cálculos, dentro do contexto individual. Utilizar também instrumentos como calculadora e material concreto, caso a situação se adeque ao uso.	
C.6. Realização de cálculos envolvendo a operação de subtração, utilizando algoritmos.	Verificação do entendimento do conceito dessa operação ao realizar pequenos cálculos, dentro do contexto individual. Utilizar também instrumentos como calculadora e material concreto, caso a situação se adeque ao uso.	
C.7. Realização de cálculos envolvendo a operação de adição, utilizando algoritmos.	Verificação do entendimento do conceito dessa operação ao realizar pequenos cálculos, dentro do contexto individual. Utilizar também instrumentos como calculadora e material concreto, caso a situação se adeque ao uso.	
C.8. Realização de cálculos envolvendo a operação de multiplicação, utilizando algoritmos.	Verificação do entendimento do conceito dessa operação ao realizar pequenos cálculos, dentro do contexto individual. Utilizar também instrumentos como calculadora e material concreto, caso a situação se adeque ao uso.	
C.9. Realização de cálculos envolvendo a operação de divisão, utilizando algoritmos.	Verificação do entendimento do conceito dessa operação ao realizar pequenos cálculos, dentro do contexto individual. Utilizar também instrumentos como calculadora e material concreto, caso a situação se adeque ao uso.	
C.10. Identificação do valor do dinheiro.	Verificação por meio de situações didáticas contextualizadas se entende conceitos: caro, barato, muito dinheiro, pouco dinheiro... dentre outros...	

C.11. Manuseio de dinheiro: agrupamento e distribuição de valores para pagamentos e trocos.	Verificação em situação real o manuseio de notas e moedas para seleção do valor adequado para pagamento e conferência de troco.	
C.12. Identificação do dia da semana, mês, ano.	Verificação com instrumentos reais e atividades do cotidiano se há domínio de localização temporal.	
C.13. Reconhecimento de horas.	Verificar se há reconhecimento da divisão do dia em horas e minutos e da necessidade de organização do cotidiano com base nos horários; assim como a habilidade para consulta de instrumentos que informem as horas. Fazer atividades dentro da rotina pessoal.	
C.14. Leitura de quadro, tabelas e gráficos.	Verificar se consegue identificar informações apresentadas em gráficos, quadros, colunas, tabelas.	
C.15. Outro		Caso inclua um conteúdo neste campo, justificar.
<b>D) Alfabetização digital</b>	<b>CrITÉrios de observação</b>	
D.1. Uso de smartfone/ e celulares	Avaliar autonomia de digitação. Verificar se utiliza para fazer e receber ligações, acesso a contatos, acesso de ligações recebidas/efetuadas, acompanha duração da bateria, sabe colocar para carregar, acessa a aplicativos funcionais como: calculadora, agenda, bloco de notas, mensagens instantâneas e e-mails. Se sabe abrir e editar arquivos enviados. Envia mensagens de texto por WhatsApp. Envia mensagens de voz por WhatsApp. Verificar se consegue acessar Goggle Met, Zoom e outros canais semelhantes.	
D.2. Uso de tablets/IPAD	Avaliar a autonomia de digitação "touch". Verificar se acessa a aplicativos funcionais como: calculadora, agenda, bloco de notas, mensagens instantâneas e e-mails, arquivos enviados.	

D.3. Uso de notebook ou computador de mesa	<p>Avaliar autonomia de digitação.</p> <p>Verificar se sabe ligar/desligar, acompanha duração da bateria, se consegue colocar para carregar.</p> <p>Verificar se acessa aplicativos funcionais como: calculadora, agenda, bloco de notas, mensagens instantâneas e e-mails. Se sabe enviar arquivos, abrir, salvar arquivos e editar quando necessário.</p> <p>Envia mensagens de texto por WhatsApp Web. Envia mensagens de voz por WhatsApp Web.</p> <p>Verificar se consegue acessar Goggle Met, Zoom e outros canais semelhantes.</p> <p>Verificar se consegue compartilhar tela dos canais acima.</p>	
D.4. Uso de redes sociais	Verificar se realiza publicações, se interage e se engaja em canais específicos.	
D.5. Uso da Internet para acesso a serviços, seleções para estudo, emprego ou outras necessidades.	Verificar se consegue acessar a rede para marcação de consultas, inscrição em cursos, vagas para emprego ou outros serviços.	
Outras:		Caso inclua um conteúdo neste campo, justificar.
<b>Observações gerais: (colocar a data sempre que precisarem fazer registro neste campo.</b>		

Fonte: Mascaro, 2024

**CRISTINA ANGÉLICA A. DE C. MASCARO:** Doutora e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd/UERJ). Pedagoga com habilitação em Educação Especial (UERJ). Tem especialização em Psicopedagogia (UCAM) e em Gestão Pedagógica (UVA). Professora Adjunta do Departamento de Educação Inclusiva e Continuada - DEIC da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd/UERJ) e no Mestrado Profissional em Educação Inclusiva da Universidade Estadual de Maringá (PROFEI/UEM).

<https://orcid.org/0000-0002-5399-6898>

**ANNIE GOMES REDIG:** Doutora e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd/UERJ). Professora Associada do Departamento de Educação Inclusiva e Continuada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd/UERJ). Atua na graduação nos cursos de Pedagogia e Licenciatura nas modalidades presencial e a distância da UERJ. Foi professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE) da rede pública de ensino do Município do Rio de Janeiro. Tem experiência docente e de pesquisa na área de Educação Especial e Educação Inclusiva

Redes sociais: @cafeinclusivo




<https://orcid.org/0000-0003-3610-5333>



DOCUMENTO NORTEADOR PARA  
IMPLEMENTAÇÃO DO  
**PLANO EDUCACIONAL  
INDIVIDUALIZADO - PEI**  
PARA O ALFALETRAMENTO:



primeiros passos

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)







**Atena**  
Editora  
Ano 2024



DOCUMENTO NORTEADOR PARA  
IMPLEMENTAÇÃO DO  
**PLANO EDUCACIONAL  
INDIVIDUALIZADO - PEI**  
PARA O ALFALETRAMENTO:

primeiros passos

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



**Atena**  
Editora  
Ano 2024